



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
AUDITOR GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

SK22

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

INSTRUÇÕES GERAIS

- Você recebeu do fiscal:
 - Um **caderno de questões** contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva;
 - Um **cartão de respostas** personalizado para a Prova Objetiva;
- É responsabilidade do candidato certificar-se de que o código e o nome do cargo informado nesta capa de prova corresponde ao código e ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**;
- Ao ser autorizado o início da prova verifique, no **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas;
- Você dispõe de 4:00h (quatro horas) para fazer a Prova Objetiva. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este **tempo** inclui a marcação do seu **cartão de resposta**;
- Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 001/2006 – Item 9.12 alínea a);
- Não será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **cartão de respostas** (Edital 001/2006 – 9.12 alínea e);
- Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** e retirar-se da sala de prova (Edital 001/2006 – Item 9.12 alínea c);
- Somente será permitido levar seu **caderno de questões** faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova, desde que o candidato permaneça em sua sala até este momento (Edital 001/2006 – Item 9.12 alínea d);
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente **assinado**;
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos;
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova;
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde;
- O **cartão de respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



CRONOGRAMA PREVISTO

Atividade	Data	Local
Divulgação do gabarito	22/05/2006	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra o gabarito	23 e 24/05/2006	Através do site www.nce.ufrj.br/concursos
Divulgação do resultado preliminar da Prova Objetiva	07/06/2006	www.nce.ufrj.br/concursos

DEMAIS ATIVIDADES CONSULTAR O SITE www.nce.ufrj.br/concursos



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – OS PROBLEMAS DA LEI

Pablo Pereira

Antes da chamada Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998), quem era flagrado na caça ou no tráfico de animais silvestres não tinha direito à fiança. Era prisão na certa, tanto para o criminoso quanto para o flagelado pela fome que caçava para comer. Com a mudança na lei, as coisas ficaram mais leves, principalmente para aqueles que lucram com o tráfico. Para agentes do Ibama e membros de ONGs, o crime só não cresce mais por causa de campanhas de conscientização e de ações de fiscalização baseadas em denúncias. “As campanhas e a repercussão das apreensões são fundamentais para o aspecto educativo”, admite Luís Antônio Gonçalves de Lima, chefe da fiscalização do Ibama em São Paulo.

Com o abrandamento da legislação ambiental, em especial do Código de Fauna (Lei 5.197, de 1967), cresceu o número dos criadouros de animais silvestres. Os bichos neles criados podem ser vendidos.

Ângela Branco, chefe da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre da Prefeitura de São Paulo, diz não ser contra os criadouros, mas que não deveria ser estimulada a posse de animais silvestres. “Isso prejudica o esforço de anos de trabalho de conscientização.” A veterinária ressalta que ao abrandamento da lei deveria corresponder uma fiscalização mais intensa dos criadouros e do comércio para evitar a “legalização” de animais que são capturados ilegalmente. Ela cita que há muitos casos de adulteração de anilhas, as “pulseiras” de identificação colocadas nas pernas das aves.

1. Os problemas da lei a que se refere o título do texto se resumem a:

- (A) encontrar um ponto de equilíbrio justo;
- (B) procurar um meio mais rigoroso de punir os crimes;
- (C) não permitir a caça de modo algum;
- (D) autorizar o comércio de animais sem promover a extinção das espécies;
- (E) indicar um caminho que favoreça os criadouros.

2. “não tinha direito à fiança”; a frase abaixo em que o acento grave indicativo da crase está mal colocado é:

- (A) o papagaio estava à distância de 10 metros da gaiola;
- (B) o bicho não tinha direito à água nem a alimento;
- (C) deve-se à conscientização a diminuição do número de animais em cativeiro;
- (D) entregou-se à polícia o caçador clandestino;
- (E) os animais se entregaram à sua sina.

3. “Antes da chamada Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998), quem era flagrado na caça...”; emprega-se a vírgula, nesse caso, para:

- (A) separar o vocativo;
- (B) destacar o aposto;
- (C) indicar inversão da ordem direta;
- (D) evitar ambigüidade;
- (E) ligar orações coordenadas.

4. “A veterinária ressalta que ao abrandamento da lei deveria corresponder uma fiscalização mais intensa dos criadouros”; a forma de reescrever-se essa mesma frase que ALTERA o seu sentido original é:

- (A) Ao abrandamento da lei deveria corresponder uma fiscalização mais intensa dos criadouros, ressalta a veterinária;
- (B) A veterinária ressalta que a uma fiscalização mais intensa dos criadouros deveria corresponder o abrandamento da lei;
- (C) Ao abrandamento da lei, ressalta a veterinária, deveria corresponder uma fiscalização mais intensa dos criadouros;
- (D) Deveria haver correspondência entre o abrandamento da lei e uma fiscalização mais intensa dos criadouros, é o que ressalta a veterinária;
- (E) A veterinária ressalta que, abrandando-se a lei, deveria haver uma correspondente fiscalização dos criadouros.

5. A sigla ONG – Organização Não Governamental – não teve sua significação explicitada no texto porque:

- (A) o autor do texto considerou-a como de amplo conhecimento do público leitor;
- (B) não havia necessidade de explicá-la por sua pouca importância no texto;
- (C) certamente por distração do autor, já que se trata de sigla pouco divulgada na imprensa;
- (D) sua formação é obscura e as letras iniciais não correspondem a palavras significativas;
- (E) se apresenta na forma plural.

6. “era flagrado na caça ou no tráfico de animais silvestres”; nesse segmento do texto, os vocábulo “caça” e “tráfico” são seguidos da mesma preposição “de” e, por isso, o termo regido – “de animais silvestres” – pode vir após os dois. A alternativa abaixo em que isso NÃO ocorre é:

- (A) a higienização e organização dos criadouros é indispensável;
- (B) a compra e a venda de animais silvestres;
- (C) o prejuízo e o lucro com a venda de animais;
- (D) a partida e a chegada ao porto de animais capturados;
- (E) o medo e a necessidade de burlar a lei ambiental.

7. “tanto para o criminoso quanto para o flagelado pela fome”; os termos desse segmento estão ligados por conectivos de adição. A alternativa em que essa ligação teve sentido alterado é:

- (A) para o criminoso e para o flagelado pela fome;
- (B) para o criminoso ou para o flagelado pela fome;
- (C) tanto para o criminoso como para o flagelado pela fome;
- (D) não só para o criminoso mas também para o flagelado pela fome;
- (E) para o criminoso e não só para o flagelado pela fome.

8. “para evitar a ‘legalização’ de animais capturados ilegalmente”; as aspas na palavra “legalização” indicam:

- (A) a necessidade de destacar o termo na frase;
- (B) tratar-se de palavra empregada erradamente;
- (C) a alteração de seu sentido original;
- (D) uma crítica às autoridades por sua deficiência;
- (E) um emprego fora das normas gramaticais.



9. “As campanhas e a repercussão das apreensões são fundamentais para o aspecto educativo”; com essa frase do texto, depreendemos que para a educação:

- (A) basta um fiel cumprimento da lei;
- (B) o exemplo de apreensões é fundamental;
- (C) as campanhas sem as apreensões seriam suficientes;
- (D) campanhas e apreensões trabalham em sentido oposto;
- (E) a conscientização sem as apreensões seriam mais frutíferas.

10. No texto aparecem muitas vozes; assinale a afirmativa que NÃO está de acordo com as vozes presentes no texto:

- (A) a voz prioritária é a do autor do texto;
- (B) aparecem também vozes de autoridades constituídas;
- (C) algumas vozes trazem autoridade ao texto;
- (D) outras vozes são de menor valia, como a do flagelado pela fome;
- (E) vozes das ONGs colaboram para distintos pontos de vista.

11. Observe as frases a seguir, nas quais está presente o vocábulo “para”:

- I – “era prisão na certa, tanto para o criminoso como para o flagelado”
- II – “que caçava para comer”
- III – “as coisas ficaram mais leves, principalmente para aqueles que lucram”
- IV – “as apreensões são fundamentais para o aspecto educativo”

O valor de finalidade desse conectivo aparece somente em:

- (A) I, II e III;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I, II e IV;
- (E) I, II, III e IV.

12. “não tinha direito à fiança”; o termo sublinhado significa:

- (A) quantia em que importa uma dívida;
- (B) ato de apresentar justificativa para um ato delituoso;
- (C) liberdade obtida por meios legais;
- (D) ato de ter confiança em alguém;
- (E) quantia devida às autoridades constituídas.

13. “que caçava para comer”; o verbo “caçar” possui como homônimo “cassar”, com distinto significado. A alternativa abaixo em que palavras semelhantes ou idênticas em algum aspecto foram trocadas é:

- (A) o perigo da extinção da espécie era eminente;
- (B) o caçador foi preso em flagrante delito;
- (C) no acidente morreram três fiscais do Ibama;
- (D) era bastante insipiente o novo fiscal da área;
- (E) os pássaros que imigram podem trazer a gripe aviária.

14. “Com a mudança da lei, as coisas ficaram mais leves”; a forma de reescrever-se essa frase do texto que ALTERA o seu sentido original é:

- (A) por causa da mudança da lei, as coisas ficaram mais leves;
- (B) devido à mudança da lei, as coisas ficaram mais leves;

- (C) após a mudança da lei, as coisas ficaram mais leves;
- (D) as coisas ficaram mais leves apesar da mudança da lei;
- (E) as coisas ficaram mais leves em razão da mudança da lei.

15. “Os bichos neles criados podem ser vendidos”; infere-se desse segmento do texto que:

- (A) os bichos capturados também podem ser vendidos;
- (B) só podem ser vendidos os bichos dos criadouros;
- (C) antes todos os animais podiam ser vendidos;
- (D) após os criadouros, os bichos passaram a ser vendidos ilegalmente;
- (E) os bichos são legalmente vendidos de criadouro para criadouro.

16. A palavra “conscientização” é grafada com SC; o vocábulo abaixo que está erradamente grafado por NÃO possuir essa grafia é:

- (A) ascensão;
- (B) piscina;
- (C) adolescente;
- (D) fascismo;
- (E) incitar.

17. Os advérbios como “ilegalmente” são formados pela forma feminina do adjetivo mais o sufixo –mente; a alternativa em que se nota claramente a forma feminina do adjetivo primitivo é:

- (A) elegantemente;
- (B) cortesmente;
- (C) conscientemente;
- (D) certamente;
- (E) tenazmente.

18. A frase abaixo que NÃO se apresenta na voz passiva é:

- (A) “quem era flagrado na caça ou no tráfico de animais”;
- (B) “a repercussão das apreensões são fundamentais para o aspecto educativo”;
- (C) “os bichos neles criados podem ser vendidos”;
- (D) “não deveria ser estimulada a posse de animais silvestres”;
- (E) “animais que são capturados ilegalmente”.

19. A alternativa em que ocorre a presença de termos que se opõem semanticamente é:

- (A) “quem era flagrado na caça ou no tráfico de animais silvestres”;
- (B) “tanto para o criminoso como para o flagelado pela fome”;
- (C) “com a mudança da lei, as coisas ficaram mais leves”;
- (D) “as campanhas e a repercussão das apreensões são fundamentais”;
- (E) “os bichos neles criados podem ser vendidos”.

20. A adulteração citada no último segmento do texto se refere:

- (A) à colocação de pulseiras em animais dos criadouros;
- (B) à substituição de anilhas por pulseiras;
- (C) à colocação indevida de pulseiras em animais capturados;
- (D) à apresentação de animais dos criadouros para venda;
- (E) ao fato de roubarem animais dos criadouros e falsificarem as anilhas.



CONHECIMENTOS GERAIS

21 - "(...) se procura fazer a colônia de Mato Grosso tão forte e poderosa que contenha os vizinhos em respeito e organize a administração."
(Conselho Ultramarino)

A partir do texto acima, pode-se afirmar que a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, está ligada ao interesse português em:

- (A) garantir a posse da região que pertencia a Portugal desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), mas que fora relegada a segundo plano durante os séculos XVI e XVII;
- (B) afirmar o poderio da Coroa portuguesa na região após o fracasso do empreendimento do donatário da capitania de Minas Gerais que englobava a região mato-grossense;
- (C) consolidar o domínio no território a oeste da linha de Tordesilhas, conquistado e ocupado pelos colonos portugueses, evitando o avanço das missões jesuíticas espanholas sobre essas terras;
- (D) combater os sucessivos conflitos entre colonos portugueses e os comerciantes espanhóis que desde meados do século XVII pretendiam explorar as riquezas da floresta;
- (E) neutralizar a ação dos comerciantes franceses, pois desde o fim da França Equinocial faziam investidas sobre a região mato-grossense com o objetivo de aí instalar uma nova colônia.

22 - "Os escravos negros chegaram a Mato Grosso concomitantemente à fixação do povoamento. A primeira monção proveniente de São Paulo trazia o necessário para a exploração do ouro: além de mantimentos e ferramentas, escravos. Estes foram direcionados para os trabalhos de mineração."

(REIS, J., GOMES, F. (orgs), *Liberdade por um fio*.
São Paulo: Companhia das Letras, 1996)

Em relação à presença de escravos africanos na vida social mato-grossense, nos séculos XVIII e XIX, pode-se afirmar que:

- (A) caracterizou-se pela passividade dos negros na aceitação da escravidão;
- (B) contribuiu para uma violenta revolta negra, baseada no exemplo haitiano, a Revolta dos Haussás;
- (C) foi insignificante do ponto de vista demográfico, pois predominou a mão-de-obra dos imigrantes europeus;
- (D) foi marcada por atos de resistência à escravidão, formando quilombos como os de Quariterê e Sepotuba;
- (E) desapareceu com o declínio da atividade mineradora.

23 - "... foram todos amarrados de braços para trás....segundo assim a pé (...) foram um a um fuzilados, saqueados, e os cadáveres com os ventres partidos em cruz, para não boiarem, lançados n'água à voracidade das piranhas..."

O texto acima faz parte do depoimento de João Pais de Barros sobre o "Massacre da Baía Garcez", ocorrido em 1901. Tal episódio reflete a:

- (A) intensificação da violenta disputa entre os grupos oligárquicos pelo controle da vida política local;
- (B) reação de comunidades indígenas à instalação de fazendas de gado na periferia de suas terras;
- (C) repressão de usineiros às manifestações dos trabalhadores que, em greve, reivindicavam melhores condições de trabalho;
- (D) intervenção militar do governo paraguaio para reconquistar a livre navegação no Rio Paraguai;
- (E) ação das tropas federais contra adeptos da Revolução Constitucionalista Paulista que haviam estabelecido um governo paralelo em Corumbá.

24 - A Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, determinou o desmembramento do então estado de Mato Grosso em duas unidades federativas. Assinale a alternativa que melhor apresenta uma das razões oficiais para o ato citado:

- (A) as constantes manifestações dos trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Sem Terra (MST), que exigiam a imediata reforma agrária, preocupavam os fazendeiros no extremo norte do estado;
- (B) os proprietários das grandes empresas pecuaristas voltadas para o mercado externo reclamavam da cobrança de elevados tributos para sustentar a parte sul do estado, pouco produtiva;
- (C) as populações ribeirinhas protestavam contra o chamado "Arco do Desmatamento", que desde a época do chamado "Milagre Econômico" gerava graves problemas para a região;
- (D) as constantes invasões pelas comunidades indígenas às fazendas situadas nas proximidades do Parque Nacional do Xingu, gerando uma tensão permanente com os colonos da região;
- (E) a reorganização do espaço geográfico era fundamental a fim de possibilitar melhor administração e exploração econômica, pois o estado apresentava uma extensa área e grande diversidade ecológica e econômica.

25 - Nas décadas de 80 e 90, as áreas de Cerrado, do estado de Mato Grosso, passaram por um grande crescimento agrícola. A cultura que teve maior destaque nesse período foi:

- (A) o algodão;
- (B) o milho;
- (C) a laranja;
- (D) o arroz;
- (E) a soja.



26 - O estado de Mato Grosso é cortado por diversas rodovias federais, a maioria delas passando por Cuiabá. A rodovia Cuiabá-Santarém é a:

- (A) BR-153;
- (B) BR-116;
- (C) BR-230;
- (D) BR-163;
- (E) BR-101.

27 - A agricultura e pecuária praticadas nas sub-bacias que drenam para o Pantanal Matogrossense, muitas vezes, não adotam práticas conservacionistas. Isso tem gerado uma série de impactos ambientais no Pantanal. Dentre eles, pode-se destacar:

- (A) a formação de "ilhas" de calor;
- (B) o assoreamento dos rios;
- (C) a geração de lateritas;
- (D) o surgimento de novas espécies de insetos;
- (E) a aceleração do intemperismo das rochas.

28 - De acordo com o censo do IBGE, do ano 2000, o número de mulheres no país é ligeiramente superior ao de homens. Entretanto, em Mato Grosso, alguns municípios possuem a população masculina superior à feminina. Isso se deve, principalmente:

- (A) a serem áreas que estão recebendo imigrantes, predominantemente homens, de outras regiões;
- (B) à maior taxa de mortalidade feminina;
- (C) às maiores taxas de emigração das mulheres;
- (D) aos maiores índices de natalidade masculina;
- (E) a um certo equilíbrio entre emigração e imigração, nesses municípios.

29 - A Administração Pública Estadual deste Estado, na esfera do Poder Executivo, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e de publicidade, guardando as seguintes definições:

I - legalidade, como princípio de sujeição aos mandamentos da lei e às exigências do bem-comum;

II - impessoalidade ou da finalidade, em que o interesse público sobrepõe-se aos interesses privados;

III - moralidade, regramento de natureza ética que fundamenta a ação administrativa;

IV - publicidade, pela qual a validade jurídica do ato administrativo está ligada a sua divulgação oficial.

Assinale se:

- (A) os incisos I e II estão corretos e III e IV incorretos
- (B) os incisos I e III estão corretos e II e IV incorretos
- (C) os incisos II e IV estão corretos e I e III incorretos
- (D) os incisos I, III e IV estão corretos e o II incorreto
- (E) os incisos I, II, III e IV estão corretos

30 - O exercício de cargo efetivo ou em comissão, emprego público ou função de confiança exige conduta compatível com os preceitos do Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso e com os demais princípios da moral individual, social e funcional. No tocante à conduta ética do servidor no Estado de Mato Grosso, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto;
- (B) a função pública integra-se na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional;
- (C) toda pessoa tem direito à verdade. O servidor público não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada, exceto quando interesse da Administração Pública Estadual;
- (D) tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral;
- (E) deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente dano moral aos usuários dos serviços públicos estaduais.

**MATEMÁTICA**

31 - Para que o resultado de $\sqrt{360} \cdot \sqrt{50} \cdot A$ seja um número natural, um valor que A pode assumir é:

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

32 - Heloísa tem que trabalhar 6 horas por dia, sem que neste tempo esteja incluído o horário do almoço. Um dia chegou no trabalho às 9h10, saiu para almoçar às 11h50 e retornou do almoço às 12h20. O horário de saída do trabalho de Heloísa neste dia foi:

- (A) 15h20
- (B) 15h40
- (C) 15h50
- (D) 16h10
- (E) 16h20

33 - Ana descontou uma promissória de R\$ 5000,00 a uma taxa de desconto simples de 3% ao mês, pagando à empresa credora um valor líquido de R\$ 4400,00. O prazo de antecipação foi de:

- (A) um mês;
- (B) dois meses;
- (C) três meses;
- (D) quatro meses;
- (E) cinco meses.

34 - Sabendo-se que 5 é raiz do polinômio $x^3 - 4x^2 - 11x + 30$, a soma das outras duas raízes deste polinômio é:

- (A) 11;
- (B) 4;
- (C) -1;
- (D) -6;
- (E) -11.

35 - A altura h (em metros) de uma bola em função do tempo t (em segundos) é dada pela função $h(t) = 4 \cdot \text{sen}^2(t\pi) + 1$. No intervalo de tempo entre 0 e 2 segundos, o número de vezes que a bola atingirá a altura 3 metros é:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

36 - O domínio da função $f(x) = \log(x - x^2 + 6)$ é:

- (A) $(0, \infty)$;
- (B) $(-\infty, -2) \cup (3, \infty)$;
- (C) $(6, +\infty)$;
- (D) $(-2, 6)$;
- (E) $(-2, 3)$.

37 - Um dos pontos da parábola $y = x^2 + 1$ que eqüidista dos pontos $(0, 0)$ e $(1, 1)$ é:

- (A) $(1/2, 1/2)$;
- (B) $(-1, 2)$;
- (C) $(2, 5)$;
- (D) $(1, 2)$;
- (E) $(-2, 5)$.

38 - José adquiriu uma dívida no cartão de crédito que cobra juros compostos de 3,2% ao mês e não conseguiu pagar nenhuma parte da dívida. Sua dívida no início de cada mês forma uma progressão:

- (A) aritmética de razão 0,032;
- (B) aritmética de razão 1,032;
- (C) aritmética de razão 3,2;
- (D) geométrica de razão 0,032;
- (E) geométrica de razão 1,032.

39 - Para descer alguns objetos da janela de um apartamento à rua, dois garotos fizeram uma brincadeira: fixaram a ponta de uma corda na janela e a outra no chão da rua a uma distância de 7 metros da base do prédio. Através de uma cesta que deslizava na corda, desciam os objetos. Sabendo que a janela deste apartamento está a uma altura de 24 metros do chão e desconsiderando os nós que terão que dar, o tamanho mínimo da corda que os garotos deverão utilizar é de:

- (A) 17 m
- (B) 25 m
- (C) 31 m
- (D) 38 m
- (E) 45 m

40 - Entre os grupos de dados a seguir, o que apresenta maior desvio-padrão é:

- (A) 7, 9, 10, 11, 13;
- (B) 8, 8, 10, 12, 12;
- (C) 8, 9, 10, 11, 12;
- (D) 9, 9, 10, 11, 11;
- (E) 9, 10, 10, 10, 11.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41 - São demonstrações contábeis conforme a Lei Federal nº 4.320/64:

- (A) Demonstração do Fluxo de Caixa e Balanço Patrimonial;
- (B) Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro;
- (C) Balanço Orçamentário e Demonstração do Resultado do Exercício;
- (D) Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração do Fluxo de Caixa;
- (E) Balanço Orçamentário e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

42 – Considerando as informações a seguir (em R\$ mil), é correto afirmar que:

Receita Corrente Orçada	100,00
Receita de Capital Orçada	50,00
Despesa Corrente Fixada	95,00
Despesa de Capital Fixada	55,00
Receita Corrente Arrecadada	110,00
Receita de Capital Arrecadada	40,00
Despesa Corrente Executada	80,00
Despesa de Capital Executada	55,00

- (A) o orçamento apresentou excesso de arrecadação na receita de capital;
- (B) o orçamento não observou o necessário equilíbrio;
- (C) não houve economia orçamentária;
- (D) o orçamento apresentou resultado final superavitário;
- (E) o orçamento corrente foi deficitário.

43 – A partir dos valores a seguir, considerando que houve um déficit de arrecadação de R\$ 80,00, calcule o resultado orçamentário do exercício:

Despesa Fixada	600,00
Despesa Empenhada	420,00
Despesa Liquidada	350,00
Despesa Paga	330,00

- (A) R\$ 70,00;
- (B) R\$ 90,00;
- (C) R\$ 100,00;
- (D) R\$ 170,00;
- (E) R\$ 190,00;

44 – O Balanço Orçamentário de determinada autarquia, elaborado consoante modelo aprovado pela Lei Federal nº 4.320/64, deve evidenciar:

- (A) o superávit/déficit financeiro do exercício;
- (B) as mutações patrimoniais;
- (C) a despesa empenhada;
- (D) o cancelamento de Restos a Pagar;
- (E) o total da despesa paga.

45 – Analise os dados abaixo:

Despesa Fixada – R\$ 500
Despesa Empenhada – R\$ 500
Despesa Liquidada – R\$ 350
Despesa Paga – R\$ 120

O valor de Restos a Pagar:

- (A) Processados é de R\$ 230,00;
- (B) Processados é de R\$ 150,00;
- (C) Não Processados é R\$ 0,00 (zero);
- (D) Não Processados é de R\$ 230,00;
- (E) Não Processados é de R\$ 380,00.

46 – Considerando os dispositivos da Lei Federal nº 8666/93, pode-se dizer que:

- (A) a realização de licitação é necessária, após liquidação da despesa;
- (B) quando houver inviabilidade de competição, a licitação é dita inexigível;
- (C) a licitação pode ser dispensada, a critério do administrador;
- (D) quando não acudirem interessados à licitação anterior, deve a administração repetir o procedimento licitatório, até quando necessário for;
- (E) concorrência e Tomada de Preços são exemplos de tipos de licitação.

47 - Com relação à Lei Complementar Federal nº 101/00, é correto afirmar que esta:

- (A) revogou a Lei Federal nº 4.320/64;
- (B) trata tão-somente de limites constitucionais;
- (C) apresenta regras adicionais para efeito de escrituração e consolidação das contas;
- (D) instituiu o regime de caixa para o registro de receitas e despesas públicas;
- (E) instituiu a obrigatoriedade de registros contábeis informatizados.

48 – A elaboração e divulgação de Prestações de Contas constitui, dentre outros, instrumento de transparência da gestão fiscal, podendo-se afirmar que:

- (A) só se obriga a Municípios com população acima de 50.000 habitantes;
- (B) a elaboração dos Relatórios exigidos pela LRF substitui a elaboração de P.Contas;
- (C) as Contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo possuem periodicidade quadrienal, abrangendo todo o mandato do gestor;
- (D) as Contas elaboradas e encaminhadas pelo Ordenador de Despesas intitulam-se Tomada de Contas;
- (E) as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo sujeitam-se à emissão de Parecer Prévio por parte dos Tribunais de Contas.



49 – O regime de adiantamento:

- (A) consiste na entrega de numerário a servidor para realização de despesas a serem licitadas;
- (B) consiste na reserva de dotação orçamentária através de empenhos globais decorrentes de contratos;
- (C) não requer elaboração de Prestação de Contas;
- (D) não se sujeita a empenho prévio;
- (E) consiste em meio excepcional para o pagamento de despesas.

50 - Com base nos dados abaixo (em R\$), pode-se afirmar que:

Ativo Financeiro	80.000,00
Ativo Real Líquido	70.000,00
Ativo Permanente	50.000,00

- (A) o Ativo Total corresponde a R\$ 200.000,00;
- (B) o Passivo Total corresponde a R\$ 70.000,00;
- (C) o Passivo está a descoberto;
- (D) o Passivo Financeiro + Passivo Permanente corresponde a R\$ 60.000,00;
- (E) o Ativo Real Líquido representa a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

51 – O Plano Plurianual deverá:

- (A) compreender as metas e prioridades da administração pública federal;
- (B) estabelecer as diretrizes e metas para as despesas de capital;
- (C) dispor sobre as alterações na legislação tributária;
- (D) estabelecer a política de aplicação das agências financeiras de fomento;
- (E) orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

52 - “Para que o orçamento público atinja o objetivo de controlar a atividade econômica do Estado, não devem existir despesas ou receitas estranhas a esse controle”. Essa afirmação está relacionada ao princípio orçamentário denominado:

- (A) unidade;
- (B) anualidade;
- (C) exclusividade;
- (D) uniformidade;
- (E) universalidade.

53 – Faz parte do conteúdo do orçamento-programa:

- (A) demonstração da receita e da despesa, evidenciando os valores previstos mês a mês;
- (B) análise da capacidade de endividamento;
- (C) demonstrativos das despesas por função;
- (D) política de aplicação das agências de fomento;
- (E) proposta de concessão de vantagens ou aumento de remuneração.

54 - A redação final da proposta orçamentária se dá na fase do processo legislativo denominado:

- (A) promulgação;
- (B) veto;
- (C) discussão;
- (D) sanção;
- (E) iniciativa.

55 - O prazo de encaminhamento da proposta orçamentária ao Congresso Nacional é:

- (A) 15 de abril;
- (B) 30 de abril;
- (C) 30 de junho;
- (D) 31 de agosto;
- (E) 15 de dezembro.

56 - Uma das inovações trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante ao aspecto orçamentário, consiste na/no:

- (A) demonstração das receitas e despesas de capital;
- (B) orçamento base zero;
- (C) demonstração das origens e aplicações de recursos;
- (D) demonstração das variações patrimoniais;
- (E) anexo de riscos fiscais à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

57 - As receitas originadas das multas e dos juros de mora são classificadas como:

- (A) receitas patrimoniais;
- (B) receitas tributárias;
- (C) outras receitas correntes;
- (D) transferências de capital;
- (E) outras receitas de capital.

58 – Considerando os estágios da receita, o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora, e inscreve o débito desta é denominado:

- (A) previsão;
- (B) lançamento;
- (C) fixação;
- (D) recolhimento;
- (E) arrecadação.

59 – Classificam-se no grupo de natureza de despesa denominado “inversões financeiras” as despesas com a (o):

- (A) aquisição de imóveis já em utilização;
- (B) refinanciamento do principal da dívida pública;
- (C) pagamento de juros;
- (D) planejamento e a execução de obras;
- (E) pagamento de subvenções.

60 - O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, corresponde ao estágio da despesa pública conhecido por:

- (A) liquidação;
- (B) licitação;
- (C) pagamento;
- (D) empenho;
- (E) fixação.



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Núcleo de Computação Eletrônica
Divisão de Concursos

Endereço: Prédio do CCMN, Bloco C
Ilha do Fundão - Cidade Universitária - Rio de Janeiro/RJ

Caixa Postal: 2324 - CEP 20010-974

Central de Atendimento: 0800 7273333 ou (21) 2598-3333

Informações: Dias úteis, de 9 h às 17 h (horário de Brasília)

Site: www.nce.ufrj.br/concursos

Email: concursoufrj@nce.ufrj.br